

12 SET 1994 Os presidenciáveis e a educação

Cláudia Cavalcante

A União Municipal dos Estudantes de São Paulo endereçou um questionário aos candidatos à Presidência da República, buscando detalhar seus pontos de vista frente às questões da educação em nosso país.

A primeira pergunta que consta do questionário, enviado a Quérzia, Fernando Henrique, Brizola e Lula, é sobre a questão dos recursos para a educação. A partir das respostas dadas a essa questão pode-se aquilarar o grau de compromisso de cada candidato com a efetiva melhoria das condições de ensino em nosso país.

Como é mais do que sabido, o investimento público, particularmente o investimento feito pelo governo federal, na educação, tem-se situado abaixo das necessidades mínimas. Essa é a principal razão da situação caótica em que se debate o nosso sistema educacional.

Na Constituição de 1988, depois de uma grande mobilização desenvolvida pelos estudantes, e por todos os setores progressistas da sociedade brasileira, conseguimos vincular 18% da receita tributária da União para serem aplicados na educação. A realidade demonstrou que, conforme avalia o movimento estudantil, esses 18% do orçamento, ainda que significassem um passo a frente, não seriam suficientes para produzir uma melhora substancial no sistema educacional. O quadro de deficiências, por sua vez, se tornava mais grave nos momentos em que o governo optava por uma política recessiva, que provocava a redução da arrecadação tributária, ou quando destinava um volume de recursos inferior aos 18% previstos. Essa foi a prática do governo Collor, e, também, a de Fernando Henrique quando ocu-

CORREIO BRAZILIENSE

pou o Ministério da Fazenda no governo Itamar.

Quérzia e Brizola responderam que destinariam à educação recursos superiores aos 18% previstos na Constituição, sendo a resposta de Quérzia mais precisa e objetiva: "Ampliarei de 18% para 25% o nível da participação da educação no orçamento federal". A resposta de Brizola não fixa um número, ele diz que "pretendemos investir em educação mais do que o índice previsto na Constituição".

No polo oposto encontra-se Fernando Henrique. Ele respondeu o questionário dizendo que "a educação, junto com o emprego, a agricultura, a saúde e a segurança, é uma das minhas prioridades. Mais do que discutir verbas, minha preocupação é em gastar melhor o dinheiro". Ou seja, Fernando Henrique não acha relevante a ampliação dos recursos para as áreas consideradas prioritárias, entre elas a educação. Provavelmente porque considera relevante continuar reduzindo a participação desses setores no orçamento da União, para prosseguir desviando a astronômica cifra de US\$ 17 bilhões anuais para os cofres dos banqueiros, como fez em sua gestão no Ministério da Fazenda.

Com os juros altos, na faixa de 48% ao ano, uma parcela substancial do orçamento da União é gasta no pagamento de juros aos banqueiros. Assim, os recursos para a educação, e de outras áreas sociais, não só não podem ser elevados, como acabam, inclusive, sendo reduzidos abaixo do limite constitucional. É o que está ocorrendo hoje.

Os candidatos que propõem a elevação dos recursos para a edu-

ciação, acima dos 18% previstos na Constituição, pretendem obter tais recursos, inicialmente, mediante a redução das taxas de juros. Quérzia tem apresentado essa questão de forma muito clara e incisiva, o que lhe permite, inclusive, quantificar o montante a ser destinado para as áreas sociais em seu plano de governo. Como a prioridade real de Fernando Henrique está no seu compromisso com a atual sangria do orçamento da União para os cofres

**Elevar os
recursos
educacionais
acima
dos níveis
fixados na
Constituição
não é
bicho de
sete
cabeças**

dos banqueiros, ele afirma que o problema não reside em obter mais verbas para a educação e demais áreas sociais, mas em "gastar melhor" as minguadas verbas atualmente disponíveis.

A resposta de Lula fica a meio caminho entre as duas posições analisadas. Ele diz: "No que se refere à União, deverão ser retomados, inicialmente, os investimentos de 18% definidos pela Constituição". Ou seja, Lula não se compromete, inicialmente, com a elevação dos recursos para a educação, acima de 18% previstos na Constituição, mas apenas com o seu retorno a esse nível. Mais adiante ele acena de forma um tanto ambígua com a possibilidade de uma futura ampliação nos gastos "dos governos estaduais, municipais e federal", vinculada à meta de que os investimentos em educação alcancem "a

perspectiva de 10% em relação ao PIB". Ocorre que, ao não conseguir definir que parcelas desses 10% do PIB seriam cobertas pelos investimentos realizados pela iniciativa privada e pelos governos estaduais, municipais e federal, ele dá a essa meta um sabor tipicamente eleitoreiro. Na verdade a resistência manifestada por Lula em assumir um compromisso com a pronta elevação dos recursos para a educação, acima dos 18% previstos na Constituição, é expressão da política, na qual tem insistido, de buscar as boas graças e as bênçãos dos banqueiros, em particular, e das elites, em geral, à sua candidatura.

Elevar os gastos federais com a educação, acima dos 18% previstos na Constituição, e os recursos orçamentários para as demais áreas sociais, não é um bicho de sete cabeças. Mas requer clareza, para perceber que os recursos existem e estão sendo perversamente drenados para os improdutivos cofres dos banqueiros, e vontade política para reverter essa situação, contrariando interesses poderosos, porém francamente minoritários.

Esta é uma questão decisiva não só para nós, estudantes, mas para toda a Nação. Ela deixa bem claro, por que certo tipo de imprensa comprometida com os interesses dos banqueiros e das elites tem realizado um monumental esforço na tentativa de polarizar artificialmente a disputa eleitoral entre os dois candidatos que revelaram pontos de vista nitidamente retrógrados em relação a questão de tamanha importância.

■ Cláudia Cavalcante é presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo